



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro - Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

EDITAL DA TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 05070001/2021

Nísia Floresta/RN, Segunda-Feira, 05 de julho de 2021 (05/07/2021).

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN, designada pela Portaria n.º 032/2021, de 01 de fevereiro de 2021, do Senhor Presidente, torna público que está realizando processo licitatório, através da modalidade “Tomada de Preço”, do tipo “menor Preço”, visando a contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e contratos (elaboração de editais e contratos, acompanhamento em sessão pública e processos, etc.), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN, de acordo com as especificações a seguir, como também em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, de 21 de julho de 1993; Lei Complementar n.º 123/2006, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar 147/2014, de 07 de agosto de 2014; Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011; e suas alterações.

As condições do presente EDITAL fundamentadas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações estão consubstanciadas nas seguintes cláusulas:

1. OBJETO;

1.1. A contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e contratos (elaboração de editais e contratos, acompanhamento em sessão pública e processos, etc.), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN.

2. DOS ANEXOS:

2.1. Faz parte integrante deste Edital:

- a) **Anexo I – Termo de Referência;**
- b) **Anexo II – Minuta do Contrato;**
- c) **Anexo III – Modelo de Declaração** de empresa que se enquadra na Lei Complementar 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas);
- d) **Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;**
- e) **Anexo V – Modelo da Declaração** que tem total conhecimento das peculiaridades do objeto e que assume inteira responsabilidade pela execução do objeto;
- f) **Anexo VI – Modelo de Declaração** de que a licitante não possui, em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988

g) **Anexo VII – Modelo de Declaração de Disponibilidade para a execução do objeto contratado** (art. 76, Lei n.º 8.666/96);

3. FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. A despesa correrá por conta do elemento orçamentário “33.90.35 - Serviços de Consultoria” existente no orçamento vigente desta Casa Legislativa.

4. FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

4.1. A despesa correrá por conta de recursos do REPASSE DO PODER EXECUTIVO.

5. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

5.1. Os proponentes, através de seus representantes legais, apresentarão os envelopes de “Habilitação” e “Propostas” à comissão Permanente de Licitações, no dia 21 de julho de 2021 (21/07/2021), às 09:00 horas.

6. LOCAL DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

6.1. Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta, situada à Praça Coronel José Araújo, S/Nº – Centro – Nísia Floresta/RN.

6.1.1. Caso haja uma grande procura deste edital, por parte dos licitantes, esta Comissão poderá mudar o local de apresentação dos Documentos, devendo deixar fixado no endereço constante do item 6.1 um aviso especificando o novo local do Certame.

7. DA APRESENTAÇÃO:

7.1. A proposta deverá ser enviada ao endereço acima através de pessoa devidamente habilitada.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Poderão participar deste certame licitatório, firmas brasileiras ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, necessariamente qualificadas e previamente inscritas no Registro Cadastral de Habilitação de Licitantes junto à Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN.

8.2. Neste certame não será permitido o consórcio entre empresas licitantes.

8.3. As empresas licitantes deverão estar devidamente representadas por seus titulares ou por terceiros, esses habilitados por procuração pública ou particular, as quais deverão ser emitidas nos últimos 30 (trinta) dias da data do Certame.

8.4. Cada proponente será representada por um credenciado, vedado o credenciamento de uma mesma pessoa como representante de duas ou mais Licitantes.

8.5. O credenciamento citado no item 8.3 acima será com a apresentação conjunta do documento de identidade e a carta de Apresentação ou Procuração.

8.6. Para fins de participação como licitante no presente certame, serão exigidos os documentos abaixo relacionados:

Habilitação Jurídica:

- a) cédula de Identidade do(s) e/ou de todos os sócio(s);
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, no caso de sociedades comerciais; ou
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa, acompanhado de documentos que tratem sobre a eleição de seus diretores, no caso de sociedades por ações; ou
- d) Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; ou
- e) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- f) Aditivo(s) ao ato constitutivo, estatuto ou contrato social, se houver; e,
- g) Cédula de Identidade (RG) e CPF dos sócios.

Regularidade Fiscal:

- a) C.N.P.J. - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal;
- e) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- f) Certificado de Regularidade de Situação - C.R.F., emitida pela Caixa Econômica Federal junto ao F.G.T.S.;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo site <http://www.tst.gov.br/certidao>; e,

Qualificação Técnica:

- a) A capacidade técnica do responsável técnico e da empresa será feita mediante comprovação do licitante possuir profissional com título de Pregoeiro, detentor de certificado emitido por Instituição Renomada, com pelo menos 40 (quarenta) horas de carga horária.

- b) O licitante deverá apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica, em nome do profissional ou da empresa, que já desempenhou trabalhos no objeto licitado.
- c) O atestado a que se refere o subitem anterior deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- ✓ Os serviços prestados e em qual período;
 - ✓ Clara identificação do emitente, visando realização de possíveis diligências;
 - ✓ Manifestação quanto a qualidade e/ou satisfação dos serviços prestados;
- d) Declaração, assinada pelo responsável legal, de que o licitante interessado possui em sua equipe técnica, na data prevista para entrega da proposta de preço, profissional de credenciado para atuar na qualidade Pregoeiro, que seja detentor de qualificação suficiente para execução dos serviços especializados bem como experiência de pelo menos 08 (oito) anos junto a quaisquer órgão públicos em Comissão Permanente e/ou Especial de Licitação bem como designação como Pregoeiro, devendo estes ser acompanhadas do Ato legal de designação, bem como sua respectiva publicação Oficial;
- d1) O responsável técnico deverá ter Título de Pregoeiro – que deverá ser comprovado através de certificado/diploma emitido por Instituição renomada, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- d2) O responsável técnico tem que ter experiência como Presidente de Comissão Permanente e/ou Especial de Licitação, por pelo menos 08 (oito) anos;
- d3) O responsável técnico tem que ter experiência como Pregoeiro, por pelo menos 08 (oito) anos;
- d4) O responsável técnico tem que ter experiência com pelo menos 02 (dois) sistemas de pregão em sua forma ELETRÔNICA, devendo a comprovação ser auferida por meio de cópia da publicação do aviso da licitação em veículo de Comunicação Oficial.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) judicial(ais) da sede da pessoa jurídica, relativa aos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da data fixada para recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e de proposta de preço,

Outros:

- a) Declaração emitida pelo licitante de que concorda com todos os termos do Edital;
- b) Declaração emitida pelo licitante que inexistente qualquer fato impeditivo de participar nessa licitação;

c) Declaração expressa de que não possui em seu quadro de pessoal, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos; e de qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

d) Declaração que tem total conhecimento das peculiaridades do objeto e que assume inteira responsabilidade pela execução do objeto.

e) Declaração expressa de que todos os impostos, Taxas, Encargos Sociais e Trabalhistas será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, caso venha a ganhar o certame;

f) Cópia do Cadastro junto a CPL;

8.7. Todos os documentos listados acima deverão ser apresentados em envelope lacrado, contendo na parte externa, as seguintes informações:

*Envelope n.º 01 - "Habilitação"
Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta
Tomada de Preço nº 001/2021 - CPL/CMVNF
Data de abertura: 21 de julho de 2021 (21/07/2021).*

8.8. Toda a documentação especificada nos itens 8.3 e 8.6., acima, deverá ser apresentada xerografada e autenticada em cartório, de acordo com o índice juntamente apresentado. O licitante, também poderá apresentar a documentação xerografada, acompanhada da via original, para autenticação pela Comissão.

8.8.1. A Comissão Permanente de Licitação somente autenticará as documentações pertinentes a este Processo Licitatório mediante a apresentação da via original, até as 09:00 horas, do dia 20 de julho de 2021 (20/07/2021).

8.9. A falta de qualquer documento listado nos itens 8.3 e 8.6; a sua irregularidade; a ausência das cópias xerografadas e autenticadas ou a ausência das vias originais para autenticação pela Comissão; a apresentação de documentos fora do envelope lacrado e específico (*Envelope n.º 01*), será motivo para inabilitação da licitante.

8.10. Aos declarados inabilitados, lhes será restituído o envelope "Proposta", na forma da apresentação, resguardado o direito de recurso no prazo de 05 (dias) dias úteis, a partir do encerramento da sessão de recebimento dos documentos.

9. DO CADASTRO JUNTO A CPL:

9.1. Para efeito de Cadastro junto à Comissão Permanente de Licitações, as licitantes proponentes deverão apresentar os documentos listados nos itens "Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal" e "Capacidade Técnica", neste edital.

9.2. Toda a documentação de cadastro deverá ser apresentada xerografada e autenticada em cartório, sendo facultado ao licitante, apresentar a documentação xerografada, acompanhada da via original, para autenticação pela Comissão, mediante o item 8.8.1.

9.3. Para o presente certame e para as empresas ainda não cadastradas na Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta, os cadastros para fins de licitação deverão ser realizados até 72 (setenta e duas) horas antes da sessão de abertura das propostas.

10. DAS PROPOSTAS:

10.1. As propostas deverão preencher obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- a) serem datilografadas ou digitadas em duas vias, e sem rasuras ou entrelinhas;
- b) estarem datadas, assinadas e rubricadas todas as folhas;
- c) conterem especificações, clara e sucinta do objeto da presente licitação;
- d) apresentarem os valores unitários dos serviços, de acordo com as especificações;
- e) indicarem as condições de pagamento de acordo com o “Cronograma Financeiro”, a seguir;
- f) indicarem a validade da proposta de 60 (sessenta) dias a partir de sua apresentação a CPL;
- g) Declaração de Disponibilidade para execução do Objeto do Contrato no Anexo VII;
- h) serem apresentadas a CPL, em envelope lacrado, contendo na parte externa do envelope, as informações abaixo:

*Envelope n.º 02 - “Propostas”
Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta
Tomada de Preço nº 001/2021 - CPL/CMVNF
Data de abertura: 21 de julho de 2021 (21/07/2021).*

10.2. Ocorrendo inexecução contratual por qualquer motivo, reserva-se ao órgão contratante, o direito de optar sucessivamente pela oferta mais vantajosa e pela ordem de classificação, comunicando em seguida à presidência da Câmara para as providências cabíveis.

11. DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO:

11.1. O vencedor do certame terá 72 (setenta e duas) horas após a homologação do resultado, para comparecer à sede da Câmara Municipal de Vereadores, onde assinará “Contrato de Prestação de Serviços”.

11.2. Não havendo o comparecimento do licitante para assinatura do termo no prazo acima, lhes será imputado uma multa de 1% (um por cento) do valor global contratado, ao dia, limitado a 10 (dez) dias. A partir desse prazo, permanecendo a falha e sem justificativa cabível, haverá a suspensão da assinatura do termo de contrato e o licitante será suspenso por dois anos, na participação de outros certames licitatórios no âmbito municipal.

12. DOS SERVIÇOS:

12.1. Os serviços deverão ser realizados à Contratante no prazo estipulado neste termo contratual.

12.2. Os serviços iniciarão na assinatura do Termo de Contrato e encerrarão em 31 de dezembro de 2021.

13. DAS PENALIDADES PELO ATRASO DOS SERVIÇOS:

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

13.1.1. Multa 0.3% (três décimos por cento) por dia de atraso ou paralisação dos serviços, calculado sobre o valor total do Contrato até o limite de 6% (seis por cento) desse valor;

13.1.2. Advertência por escrito;

13.1.3. Suspensão do direito de licitar, junto a CONTRATANTE;

13.1.4. Declaração de inidoneidade, de lavra da Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos da punição.

13.2. Para efeito de aplicação da multa prevista no item 13.1.1, por atraso na entrega do objeto contratado o prazo será contado a partir do dia seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço ou do pedido de retomada dos serviços.

13.3. Nenhum pagamento será processado a CONTRATADA, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.4. O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE e que a CONTRATADA vier fazer jus.

13.5. A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º do Artigo 87, da Lei 8.666/93.

13.5.1. Vencido o prazo acima, a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

14. DO CRONOGRAMA FINANCEIRO:

14.1. O pagamento pela prestação dos serviços será feito até o quinto dia do mês subsequente e após ter sido fiscalizado pela Casa Legislativa.

14.2. Os preços dos serviços não poderão ser alterados durante a vigência do contrato.

15. DAS QUANTIDADES:

15.1. Independente do controle da administração, o licitante contratado informará mensalmente à Contratante, os serviços realizados para que a Presidência possa fiscalizar.

16. DOS CUSTOS OPERACIONAIS:

16.1. Já deverão estar inclusos nos preços apresentados através da proposta de preço, os valores dos materiais, dos serviços, salários e encargos sociais, dos fretes, da locação e depreciação de equipamentos, impostos, taxas, fretes, seguros e qualquer outro que incida na prestação dos serviços objeto deste Edital.

17. DO ADITAMENTO DOS PRAZOS:

17.1. Os prazos de início e conclusão poderão ser prorrogados ou antecipados, mediante aditamento, quando devidamente justificado e a mesma for aceita pela Presidência da Casa Legislativa.

18. DO ADITAMENTO DAS QUANTIDADES CONTRATADAS:

18.1. As quantidades contratadas poderão ser acrescidas, mediante aditamento, obedecendo ao limite máximo de 25% das quantidades inicialmente contratadas e permanecendo as condições inicialmente contratadas.

19. DO JULGAMENTO:

19.1. O presente certame iniciará com o recebimento dos envelopes “Habilitação” e “Propostas”, sendo aberto inicialmente o envelope “Habilitação”. Havendo a renúncia de todos os licitantes na apresentação de recursos, a Comissão abrirá o envelope “Proposta”.

19.2. O julgamento e a indicação da proposta vencedora serão pelo menor valor global dos serviços licitados.

19.3. Caso a escolha da proposta indique aquela de maior preço, será necessário uma justificativa do órgão julgador.

19.4. No caso de empate entre propostas e após obedecido o disposto na legislação vigente, a classificação far-se-á através de sorteio e na presença dos interessados.

19.5. Serão desclassificadas as propostas em cuja composição da empresa licitante, constem pessoas anteriormente suspensas de participar de licitações e contratações com a administração pública municipal.

19.6. Não serão aceitas propostas com preços incompatíveis com àqueles praticados no mercado.

19.7. As questões relacionadas com o direito de petição, dos contratos e das sanções administrativas, serão aplicadas as disposições das seções próprias da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

19.8. Concluídos os trabalhos, a CPL encaminhará o processo devidamente instruído, para apreciação do Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, para expedição do ato homologatório.

20. DOS RECURSOS:

20.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente Edital, devendo protocolar o pedido de impugnação até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

20.2. Caberá recurso das decisões da Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da lavratura da Ata, no caso de habilitação ou inabilitação.

20.3. Caberá recurso das decisões da Comissão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no Quadro de Avisos da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta e veículos oficiais de comunicação, no caso de julgamento das propostas.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1. Na contagem dos prazos desse Edital, será excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento, considerando como expediente normal na Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta, o horário de 8:00 às 12:00 horas de 2ª a 6ª feiras.

21.2. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas, serão resolvidas pela CPL, tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas cabíveis.

Arilene Marília Trindade de Carvalho

Presidente da CPL
Portaria nº 032/2021 – GP

Nilson Marcelo Lima de Mesquita

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro - Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de referência com a especificação dos serviços de Assessoria e Consultoria em licitações e contratos destinado a atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN.

1. DO OBJETO

1.1 Esse termo visa à contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e contratos (elaboração de editais e contratos, acompanhamento em sessão pública e processos, etc.), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista que a Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN necessita de profissionais especializados nos serviços especificados, em virtude de nosso quadro de servidores não possuímos pessoas habilitadas em prestar essa assessoria para um serviço que é altamente técnico e necessário à Administração Pública – em quaisquer que seja a esfera. No entanto, os serviços de assessoria em licitações e contratos se tornam indispensáveis para a qualidade do atendimento e desenvolvimento das atividades desempenhadas por essa instituição através de licitações e contratos que sigam rigorosamente o que determina a “Lei de licitações” – em especial a Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/2002. Portanto, assessoramento em licitações e contratos tem como intuito primordial dar suporte direto instruindo os membros da Comissão Permanente de Licitação a executar as determinações da Lei e recomendações/solicitações dos órgãos de controle e fiscalização. Desta forma, fazendo com o Órgão e seus agentes públicos não venham a sofrer com penalidades em decorrência de não instruídos em conformidade com as Lei.

3. DETALHAMENTO GERAL DO OBJETO

3.1 Concepção e implementação de rotinas e processos para execução dos serviços de solicitações de despesas, abertura de processos administrativos com instruções passo a passo, para processamento das peças do processo licitatório, nos sistemas de licitações e contratos, que permita:

- I – Abrir solicitações de despesas, que já inclua numeração para controle automático e sequenciado, identificando o órgão requisitante com suas respectivas Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, Classificação econômica e a fonte de recursos;
- II – Realize Mapa de Apuração automatizado, com base nas cotações de preços inseridos no sistema;
- III – realizar abertura de procedimento administrativo para aplicação das diversas modalidades de contratação e licitação (dispensa, convite, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, Carona.);
- IV – Gerar documentos para publicação em imprensa oficial (extrato, aviso, ratificações, convocações...);
- V – Realiza o controle dos quantitativos contratados e a contratar – por item.

3.2 Orientação dos servidores membros da Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro e equipe de apoio quanto a formulação de editais, assessoria direta na tomada de decisões, acompanhamento em sessões públicas, compreendendo ainda as fases de adjudicação/homologação, assinatura de contrato e/ou Ata de Registro de Preços ARP), formulação de aditivos contratuais e outros.

3.3 Acompanhar os processos licitatórios da Câmara Municipal de Vereadores, com o novo padrão de qualidade, permanecendo o acompanhamento por parte da empresa contratada para dar orientação técnica, por meio de:

- a) Visitas técnicas regulares, seguindo o programa definido em contrato, na forma do item 6.1 deste Termo de Referência;
- b) Atendimentos e visitas emergenciais à Câmara Municipal de Vereadores, sempre que for necessário;
- c) Atendimento de servidores na sede da Câmara Municipal de Vereadores, para Orientação técnicas específicas, produção de trabalhos especiais, orientações e consultoria;
- d) Resposta de consultas por telefone, diretas e por meio do sistema de comunicação disponíveis, tais como e-mail e WhatsApp;

4. DETALHAMENTO ESPECÍFICO

4.1 Realizar orientação de servidores para implementação de dados no Sistema Integrado de Auditoria Informatizado – SIAI do Tribunal de Contas do Estado, para transmissão de dados ao TCE.

4.2 Prestar assessoria aos funcionários da Câmara Municipal de Vereadores para elaboração das demonstrações exigidas pelos órgãos de controle, nas áreas de competência de licitações e contratos;

4.3 Prestar orientação específica para elaboração de dados necessários, bem como organização da documentação dos processos licitatórios e suas publicações, necessários à geração das demonstrações e dos relatórios a serem encaminhamento on-line através do SIAI – TCE/RN;

4.4 Prestar orientação técnica para os gestores e servidores da Câmara Municipal de Vereadores oferecendo informações destinadas ao processo de aquisição de bem e serviços/obras;

4.5 Acompanhamento durante a inspeção dos técnicos e auditores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, para prestar informações e orientar a equipe de Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores para atendimento adequado ao Controle Externo, de acordo com as disposições legais vigentes – no que diz respeito a licitações e contratos;

4.6 Orientação na preparação da documentação que integra a prestação de contas anual da Câmara Municipal de Vereadores, consoante legislação específica instruída com relatórios de gestão e outros instrumentos necessários, consoante Resoluções do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte;

4.7 Orientação para elaboração de editais com ênfase aos direitos previstos à micro e pequenas empresas (Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014);

4.8 Elaboração das peças contábeis pelo TCE/RN, no tocante a licitações e contratos;

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Pela perfeita execução do objeto licitado, a Câmara Municipal de Vereadores efetuará o pagamento do preço proposto pelo licitante vencedor, mensalmente, em moeda corrente, mediante ordem bancária, até a data do vencimento, atestado os serviços pela Setor Responsável desta Câmara Municipal de Vereadores, desde que não haja fatos impeditivos provocados pelo licitante vencedor;

5.2 O prazo de vencimento da fatura mensal deverá ser fixado em uma única data, preferencialmente no dia 20 (vinte) de cada mês;

5.3 A fatura mensal deverá ser discriminada as alíquotas dos impostos e contribuições inclusos nos preços;

5.4 O número do CNPJ, constante na fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação que comportará este Termo de Referência;

5.5 O pagamento somente será efetuado mediante contra apresentação da fatura mensal;

5.6 Ocorrendo erros na fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a licitante vencedora será oficialmente comunicada pela Câmara Municipal de Vereadores, e a partir daquela data o pagamento ficará suspenso até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. O prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação da fatura;

5.7 Caso a identificação de cobrança indevida ocorra após o pagamento da fatura, o fato será informado à licitante vencedora para que seja efetuada a devolução do valor correspondente no próximo documento de cobrança;

5.8 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos e qualquer natureza.

6. DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS PARA CONTRATAÇÃO

6.1 Os serviços serão prestados mediante assessoria presencial na sede da Câmara Municipal de Vereadores 01 (um) dia por semana no horário de 08h00m às 14h00m;

6.2 Os serviços deverão ser prestados necessariamente por uma equipe técnica da empresa, composta de pelo menos 01 (um) profissional que:

- Tenha Título de Pregoeiro – que deverá ser comprovado através de certificado/diploma emitido por Instituição renomada;
- Seja conhecedor comprovado através de certificado/diploma em licitações e contratos, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;
- Tenha sido nomeado, presidente de Comissão Permanente e/ou Especial de Licitação, por pelo menos 08 (oito) anos, para fins de comprovação de experiência;
- Tenha sido nomeado, Pregoeiro, por pelo menos 08 (oito) anos, para fins de comprovação de experiência;
- Ter experiência com pelo menos 02 (dois) sistemas de pregão em sua forma ELETRÔNICA, devendo a comprovação ser auferida por meio de cópia da publicação do aviso da licitação em veículo de comunicação oficial, para fins de comprovação de experiência.

6.3 Os profissionais contratados terão que utilizar a estrutura de software e de equipamento de informática já usado pela Câmara Municipal de Vereadores.

7. DA METODOLOGIA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços supõem atuação presencial na sede da Câmara Municipal de Vereadores e à distância na sede da empresa, conforme especificação abaixo:

- a) Assessoria ostensiva, presencial e consultoria em Licitação e contratos;
 - Em sessões públicas de licitação;
 - Formulação de Editais;
 - Formalização de Processos de Despesas;
 - Formalização de Contratos;
- b) Auditoria de Gestão nos procedimentos licitatórios;
 - Auditoria preventiva, por amostragem, em processos concluídos e/ou em andamento;
- c) Assessoria Ostensiva
 - Entende-se por assessoria ostensiva a presença de técnico ou equipe técnica do licitante sempre que for solicitada a sua presença nas áreas mencionadas neste Termo de Referência, com o objetivo de oferecer apoio na análise e elaboração de relatórios, rotinas e procedimentos ligados a área, proporcionando a capacitação e o aperfeiçoamento constantes dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores por meio da transferência de documentos técnicos especializados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza da presente licitação, são obrigações da contratada:

8.1.1 Prestar os serviços licitados em escrita conformidade com as especificações deste Instrumento, os quais serão executados na Câmara Municipal de Vereadores;

8.1.2 Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive os encargos relativos à legislação trabalhista e as despesas com locomoção, hospedagem, e alimentação para assessoria ostensiva semanal e mensal e auditoria semestral, conforme 7.1 “b” e “c”

8.1.3 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente por seus empregados ou preposto, à contratante ou a terceiros.

8.1.4 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores para a execução do contrato.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

9.1 São obrigações da contratante, além de outras decorrentes do contrato:

9.1.1 Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamento e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessário ao bom desempenho da equipe técnica da contratada;

9.1.2 Efetuar o pagamento das obrigações financeiras advindas da contratada;

9.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de um servidor ou comissão especialmente designada.

10. CUSTO MENSAL

10.1 O valor máximo mensal é de **R\$ 4.233,33 (quatro mil duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**, a serem pagos em parcelas mensais e sucessivas, considerados os preços praticados no mercado;

10.2 O valor anual máximo admitido é de **R\$ 50.799,96 (cinquenta mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, a serem pagos em parcelas mensais e sucessivas, considerados os preços praticados no mercado;

10.3 Os valores dos serviços deverão ser fixos e cotados em moeda corrente e legal do país, observando o valor máximo admitido neste termo de referência;

10.4 Nos preços apresentados deverão estar incluídos todas as despesas com material, mão de obra, ferramentas, equipamentos, transporte na localidade da sede da entidade, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, salários, custos diretos e indiretos e quaisquer outros encargos quando necessários à perfeita execução do objeto licitado.

11. QUANTO A QUALIDADE TÉCNICA

11.1 O licitante deverá apresentar no mínimo 02 (dois) atestados de capacidade técnica em nome do profissional responsável pela licitação e contratos, que já desempenhou trabalhos no objeto licitado.

11.1.1 O atestado a que se refere o subitem anterior deverá conter, no mínimo, as seguintes informações;

11.1.1.1 Os serviços prestados e em qual período;

11.1.1.2 Clara identificação do emitente, visando realização de possíveis diligências;

11.1.1.3 Manifestação quanto a qualidade e/ou satisfação dos serviços prestados;

11.2 O licitante também deverá apresentar declaração, assinada pelo responsável legal, de que o licitante interessado possui em sua equipe técnica, na data prevista para entrega da proposta de preço, profissional credenciado para atuar na qualidade Pregoeiro, que seja detentor de qualificação suficiente para execução dos serviços especializados bem como experiência de pelo menos 08 (oito) anos junto a quaisquer órgão públicos em Comissão Permanente e/ou Especial de Licitação bem como designação como Pregoeiro, devendo estes ser acompanhadas do Ato legal de designação, bem como sua respectiva publicação Oficial;

12. CONCLUSÃO

12.1 O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer condições para melhorar o desempenho da gestão na Câmara Municipal de Vereadores, para adequação desta instituição às exigências impostas, notadamente no tocante ao planejamento, a transparência, ao controle e a responsabilização dos gestores, que exigem assessoria de nível altamente especializada, que tenha competência para analisar e aplicar a melhor forma de licitação, seja convite, Tomada de Preços, Concorrência, Inexigibilidade, Pregão Presencial e, principalmente, Pregão Eletrônico, para se adaptar com rapidez aos novos requisitos.

É necessário, por conseguinte, que haja modernização nos sistemas e processos de trabalho, onde as informações exigidas pela legislação e necessárias ao gerenciamento possam fluir com rapidez e de forma sistemática, tanto para direcionar o foco da gestão para resultado, como para atender aos controles internos, externo e social, tudo de conformidade com a Lei 8.666/93, 10.520/2002 e complementares.

Nísia Floresta/RN, 01 de junho de 2021.

ARILENE MARÍLIA TRINDADE DE CARVALHO

Diretor(a) Administrativo(a)

Nesta, estou ciente das especificações e condições aqui elencadas, ao mesmo tempo em que aprovo o presente Termo de Referência, tendo em vista a necessidade desta Casa Legislativa.

Nilson Marcelo Lima de Mesquita
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Arilene Marília Trindade de Carvalho

Presidente da CPL



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro - Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

Anexo II – Termo de Contrato de Prestação de Serviços n.º 000/2021 - *Mínuta*

Pelo presente instrumento particular de Prestação de Serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, a Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.932.415/0001-10, com sede à Praça Coronel José Araújo, S/Nº, bairro Centro, Nísia Floresta/RN, aqui representada pelo Sr. NILSON MARCELO LIMA DE MESQUITA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta, inscrita no CPF/MF sob o n.º 048.422.504-96, brasileiro, residente e domiciliado no município de Nísia Floresta/RN; e do outro lado como CONTRATADA, a Empresa xxxxxxxxxxxx, com sede na Rua: xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, em decorrência do Processo Licitatório modalidade Tomada de Preços n.º 001/2021 - CPL/CMVNF, para a contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e contratos (elaboração de editais e contratos, acompanhamento em sessão pública e processos, etc.), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN, conforme especificações contidas no Edital, homologado em XX/XX/XXXX, mediante sujeição mútua as normas constantes na Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, tem entre si ajustado o presente contrato que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo::

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de Pessoa Jurídica especializada para realizar serviços de Assessoria e Consultoria em Licitações e contratos (elaboração de editais e contratos, acompanhamento em sessão pública e processos, etc.), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN, conforme especificações contidas no Edital.

CLÁUSULA 2ª – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato, não sendo considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação posterior fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

2.2. A execução dos serviços, objeto deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, especialmente designado.

2.3. Os serviços serão executados de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, em anexo.

CLÁUSULA 3ª – DO VALOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

- 3.1. O valor estimado do presente Contrato é de R\$......(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)
- 3.2. As quantidades indicadas na Planilha de preços são estimadas, podendo variar para mais ou para menos.
- 3.3. Os acréscimos de serviços, se necessários deverão ser devidamente justificados e negociados com base no preço apresentado e sua execução previamente autorizada.
- 3.4. O pagamento será efetuado por medição, apresentação da Nota Fiscal aceito pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 3.4.1. O pagamento será creditado mediante o cumprimento das exigências contidas no item 3.4, além da apresentação dos comprovantes de regularização perante o INSS e FGTS.
- 3.5. A Nota Fiscal deverá constar o período e descrição dos serviços.

CLÁUSULA 4ª - DO REAJUSTAMENTO:

- 4.1. O preço unitário dos itens constantes na planilha de preço é fixo e irredutível.

CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA:

- 5.1. O prazo de vigência deste Contrato se fará na assinatura deste termo contratual e terminará em 31 de dezembro de 2021 (31/12/2021). Este prazo poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, desde que a parte interessada nessa prorrogação manifeste sua intenção com antecedência mínima de 10 dias do término do Contrato, e haja concordância da outra parte, de conformidade com o estabelecido nas Leis nº 8.666/93 e 8.883/94.

CLÁUSULA 6ª - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS:

- 6.1. Os recursos necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato estão devidamente assegurados no orçamento Fiscal Vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta, e as despesas decorrentes serão alocadas na Unidade Orçamentária 01.001 - CÂMARA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA; AÇÃO: 2001 - Manutenção dos serviços da Câmara; FUNÇÃO: 01 - LEGISLATIVA; SUB-FUNÇÃO: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA - PROGRAMA: 0001 - PROGRAMA NATUREZA: 3.3.90.35 - Serviços de Consultoria; Fonte de Recurso: 1001000 , através do elemento de despesa 33.90.35 - Serviços de Consultoria.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1. Prestar os serviços licitados em escrita conformidade com as especificações deste Instrumento, os quais serão executados na Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta;
- 7.2. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária à execução do objeto contratual, inclusive os encargos relativos à legislação trabalhista e as despesas com locomoção, hospedagem, e alimentação para assessoria ostensiva semanal e mensal e auditoria semestral;

7.3 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente por seus empregados ou preposto, à contratante ou a terceiros.

7.4 Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Vereadores para a execução do contrato.

CLÁUSULA 8ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Cumprir fielmente este Contrato;

8.2. Indicar um funcionário para exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços;

8.3. Efetuar, no prazo programado, o pagamento pelos serviços executados.

CLÁUSULA 9ª – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

9.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE;

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93;

9.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) Quando necessária a modificação do regime de execução de serviço, bem como, do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância, superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.

9.1.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitados os termos do parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 10ª – DAS MULTAS:

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

10.1.1. Multa 0.3% (três décimos por cento) por dia de atraso ou paralisação dos serviços, calculado sobre o valor total do Contrato até o limite de 6% (seis por cento) desse valor;

10.1.2. Advertência por escrito;

10.1.3. Suspensão do direito de licitar, junto a CONTRATANTE;

10.1.4. Declaração de inidoneidade, de lavra da Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos da punição.

10.2. Para efeito de aplicação da multa prevista no item 10.1.1, por atraso na entrega do objeto contratado o prazo será contado a partir do dia seguinte ao do recebimento da Ordem de Serviço ou do pedido de retomada dos serviços.

10.3. Nenhum pagamento será processado a CONTRATADA, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

10.4. O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE e que a CONTRATADA vier fazer jus.

10.5. A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que trata o parágrafo 2º do Artigo 87, da Lei 8.666/93.

10.5.1. Vencido o prazo acima, a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA 11ª – DA RESCISÃO:

11.1. A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, respeitando o contraditório e a ampla defesa.

a) não cumprimento ou cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da fiscalização da CONTRATANTE;

c) razões de interesse do serviço público;

d) atraso injustificado na execução do serviço contratado;

- e) suspensão, pelas autoridades competentes, dos materiais aplicados na execução dos serviços contratados, pela CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- f) paralisação da execução dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
- g) Sub-contratação total e parcial do seu objeto, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, que afetem a boa execução do seu objeto;
- h) cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- i) Decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) Dissolução da Sociedade;
- l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- m) protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA.

11.1.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da CONTRATADA, não lhe caberá qualquer indenização e será ainda responsabilizada pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes.

11.1.3. CONTRATADA será remunerada pelos serviços já prestados, desde que aprovados pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados à CONTRATANTE.

11.1.4. Em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de adjudicar o objeto do presente contrato, nas mesmas condições, a outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente.

11.1.5. Caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução do mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2. O presente contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por determinação judicial nos seguintes casos:

- a) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- b) O atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devido pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

11.2.1. Nos casos previstos nos itens acima, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já executados, de acordo com os termos deste contrato.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

12.1. O presente contrato será financiado através de recurso do REPASSE DO PODER EXECUTIVO.

CLÁUSULA 13ª - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

13.1. Concluída a jornada diária dos serviços, objeto deste Contrato, a CONTRATANTE os vistoriará e assinará o diário de obra.

13.1.1. No caso de não aceitação dos serviços pela CONTRATANTE por falta de regularização ou de atendimento às normas técnicas, a CONTRATADA deverá providenciar imediatamente, às suas expensas e sem ônus para a CONTRATANTE, as devidas regularizações, conforme normas técnicas vigentes e referentes ao objeto deste Contrato.

13.2. Concluído os serviços, a CONTRATANTE receberá provisoriamente, mediante termo circunstanciado, em até 10 dias da emissão do atestado.

13.3. Os serviços serão considerados definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o dispositivo no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 14ª – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS:

14.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

14.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

14.2. Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

14.3. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho.

14.3.1. Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA 15ª - DA NOVAÇÃO:

15.1. A não utilização por parte da CONTRATANTE de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA 16ª – DO SEGURO:

16.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento, material, veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

CLÁUSULA 17ª - DO FORO:

17.1. Para dirimir as questões decorrentes, deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca vinculada a jurisdição do município de Nísia Floresta/RN renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Nísia Floresta/RN, em ___ de _____ de _____.

<p>_____ NILSON MARCELO LIMA DE MESQUITA Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Pela CONTRATANTE</p>	<p>_____ Pela CONTRATADA</p>
--	----------------------------------

Testemunhas:

1. _____	Documento: _____
2. _____	Documento: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro - Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

ANEXO III – Modelo de Declaração de empresa que se enquadra na Lei Complementar n.º 123/2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas) – TOMADA DE PREÇO 001/2021 - CPL/CMVNF –

(Nome da empresa) _____ inscrito(a) no
CNPJ n.º _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____
e do CPF n.º _____, **DECLARA** deter a condição de microempresa ou empresa de
pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, de catorze de dezembro de 2006
(14/12/2006), e que está apta a usufruir do tratamento favorecido na referida Lei.

Local e data,

Carimbo (ou nome legível) e assinatura
do representante legal

Arilene Marília Trindade de Carvalho

Presidente da CPL
Portaria n.º 032/2021 – GP



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro – Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS**
TOMADA DE PREÇO 001/2021 - CPL/CMVNF

A

Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN

Referente: Licitação Tomada de Preços n.º 001/2021 - CPL/CMVNF

A empresa xxx, CNPJ/MF sob o n.º 00.000.000/0001-00, declara sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores.

(Local e Data)

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

Número do CPF

Arilene Marília Trindade de Carvalho

Presidente da CPL

Portaria n.º 032/2021 – GP



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NÍSIA FLORESTA
Praça Coronel José Araújo, S/Nº - Centro - Nísia Floresta/RN
CNPJ: 11.932.415/0001-10

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Designada pela Portaria n.º 032/2021, de 18 de janeiro de 2021.

**ANEXO VI – MODELO DA DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA TRABALHADOR
MENOR NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA
TOMADA DE PREÇO 001/2021 - CPL/CMVNF**

A

Câmara Municipal de Vereadores de Nísia Floresta/RN

Referente: Licitação Tomada de Preços n.º 001/2021 - CPL/CMVNF

Declaro que inexistem no quadro de pessoal desta empresa menores de 18 anos executando trabalhos noturno, perigoso e insalubre, e menores de 16 anos, executando qualquer trabalho, nem tampouco na condição de aprendiz, de acordo com inciso V do Art. 27, da lei 8.666/1993, para o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, Inciso incluído pela Lei n.º 9.854, de 27/10/99.

() Ressalva = Emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
(Observação – em caso afirmativo assinalar a ressalva acima).

(Local e Data)

Carimbo, nome e assinatura do representante legal.

Número do CPF

Arilene Marília Trindade de Carvalho

Presidente da CPL

Portaria n.º 032/2021 – GP

